

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL:

Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 01/12/25
Protocolo

PROJETO DE LEI Nº 211 /2025

Altera dispositivos na Lei Municipal n.º 7.469, de 22 de dezembro de 2022, que cria a Controladoria-Geral do Município, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XXIV ao art. 7º da Lei Municipal n.º 7.469, de 22 de dezembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

XXIV - requisitar, a qualquer tempo, a atuação temporária de servidores com habilitação técnica que determinada atividade requeira, sem prejuízo da lotação originária.”

Art. 2º Altera-se o *caput* do art. 9º da Lei Municipal n.º 7.469, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

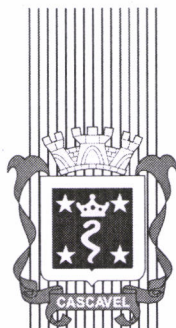
“Art. 9º O cargo de Controlador-Geral do Município será ocupado, preferencialmente, por servidor efetivo do Município de Cascavel com comprovada capacitação técnica.”

Art. 3º Esta Lei revoga:

I - a alínea “f” do inciso IV, do art. 8º da Lei Municipal n.º 7.469, de 2022;

II - os incisos, I, II e III do art. 9º da Lei Municipal n.º 7.469, de 2022;





GOVERNO MUNICIPAL
CASCATEL

III - o art. 10 da Lei Municipal n.º 7.469, de 2022.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel,



Renato Silva

Prefeito Municipal



Tales Riedi Guilherme

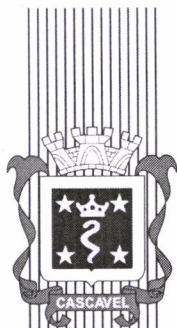
Secretário da Casa Civil



Joacir Aparecido Cosma

Secretário de Planejamento e Gestão





GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL

MENSAGEM DE LEI

Excelentíssimo Presidente,
Nobres Vereadores.

Submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei que “Altera dispositivos na Lei Municipal n.º 7.469, de 22 de dezembro de 2022, que cria a Controladoria-Geral do Município, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.”.

O presente Projeto de Lei justifica-se pela necessidade de alteração legislativa com o objetivo de adequar a estrutura administrativa do Município às melhores práticas de gestão e ao princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

Nesse sentido, atualmente, a legislação municipal estabelece mandato de 4 (quatro) anos para o ocupante do cargo de Controlador-Geral do Município, contudo, tal regra tem se mostrado incompatível com a natureza das funções desempenhadas por esse cargo e com as necessidades gerenciais da Administração Pública.

O modelo de mandato fixo gera rigidez administrativa, dificultando a reorganização interna, quando necessário. Em diversos casos, a manutenção compulsória de um Controlador, ainda que não mais alinhado às diretrizes de gestão do governo vigente, pode comprometer a qualidade dos processos de fiscalização e auditoria, prejudicando a adoção de medidas corretivas em tempo oportuno.

Adicionalmente, o cargo de Controlador está inserido na alta administração municipal, atuando em estreita colaboração com o Chefe Executivo e com as secretarias estratégicas. Por essa razão, exige-se não apenas capacidade técnica, mas também relação de confiança, elemento essencial para o bom funcionamento dos sistemas de controle e governança pública. A previsão de mandato fixo acaba por limitar essa relação, criando potenciais conflitos institucionais, especialmente em situações de mudança de gestão.

Importante destacar que, na esfera constitucional e na prática administrativa nacional, cargos de direção, chefia e assessoramento são, via de regra, de livre





GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL


nomeação e exoneração, o que reforça a compatibilidade da presente proposta com o ordenamento jurídico. Ao permitir que o Prefeito nomeie e exonere livremente o Controlador, assegura-se maior agilidade, responsabilização e flexibilidade organizacional, contribuindo para a modernização da Controladoria-Geral do Município.

Diante desses fundamentos, a alteração proposta busca fortalecer a governança pública, melhorar o desempenho do sistema de controle interno e alinhar a estrutura municipal às práticas administrativas mais eficientes e coerentes com o interesse público.

Essas são, Senhor Presidente, as razões que justificam a elaboração deste Projeto de Lei que submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Legislativa, renovando a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal
Cascavel,


Renato Silva
Prefeito Municipal


Tales Riedi Guilherme
Secretário da Casa Civil


Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão

Ao Excelentíssimo Vereador
TIAGO ALMEIDA
Presidente da Câmara Municipal
Cascavel – Paraná.

